

MAIS EMPODERADA QUE EU? *Antifeminismo e desdemocratização no Brasil atual*

*Amanda Mendonça
Fernanda Moura*

Resumo

O cenário mundial atual relacionado aos direitos das mulheres e da população LGBTQI tem sido marcado pelas inúmeras tentativas de retirada de direitos. Há uma investida aberta contra a agenda feminista ocorrendo nos espaços institucionais. No Brasil, setores religiosos conservadores tem se destacado nessa atuação, mas aliada a eles e, com grande notoriedade, estão as antifeministas. Assim, esse texto busca através de levantamento bibliográfico acerca da atuação de antifeministas na Câmara Federal brasileira, analisar a performance destas parlamentares. A proposta do artigo é, portanto, identificar perfil, pautas, argumentos e principais ações dessas parlamentares, a fim de contribuir com leituras sobre a conjuntura de retirada de direitos e *desdemocracia* em curso no país.

Palavras-chave: antifeminismo; desdemocracia; feminismo.

MORE EMPOWERED THAN ME? *Anti-feminism and disdemocratization in Brazil today*

Abstract

The current scenario related to the rights of women and LGBTQI population has been marked by numerous attempts to withdraw rights. There is an open onslaught against the feminist agenda taking place in institutional spaces. In Brazil, conservative religious sectors have stood out in this performance, but allied to them and with great notoriety are the anti-feminists. Thus, this text seeks, through a bibliographic survey about the performance of anti-feminists in the Brazilian Federal Chamber, to analyze the performance of these parliamentarians. Therefore, the purpose of the article is to identify the profile, guidelines, arguments, and main actions of these parliamentarians, to contribute with readings on the conjuncture of withdrawal of rights and disdemocracy in the country.

Keywords: anti-feminism; disdemocracy; feminism

¿MÁS EMPODERADA QUE YO? *Antifeminismo y desdemocratización en Brasil hoy*

Resumen

El escenario mundial actual relacionado con los derechos de las mujeres y la población LGBTQI ha estado marcado por numerosos intentos de sustracción de derechos. Hay una arremetida abierta contra la agenda feminista que se está produciendo en los espacios institucionales. En el Brasil, sectores religiosos conservadores se han destacado en esta actuación, pero aliados a ellos y con gran notoriedad están los antifeministas. Así, este texto busca, a través de un relevamiento bibliográfico sobre el desempeño de las antifeministas en la Cámara Federal de Brasil, analizar el desempeño de estas parlamentarias. El propósito del artículo es, por tanto, identificar el perfil, lineamientos, argumentos y principales acciones de estos parlamentarios, con el fin de contribuir con lecturas sobre la coyuntura de retiro de derechos y desdemocracia en curso en el país.

Palabras clave: antifeminismo; desdemocracia; feminismo.

INTRODUÇÃO

“Tem mulher mais empoderada no Brasil do que eu?”. Essa frase foi a resposta dada em 2019 pela atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em uma entrevista concedida a emissora BBC Brasil, quando perguntada sobre a luta feminista. Tanto a frase como a figura da Ministra representam a construção em curso hoje no país de um cenário onde mulheres que são figuras públicas assumem o papel de agentes contrárias as lutas históricas do feminismo e, evocando argumentos conservadores, disputam o lugar de fala sobre empoderamento feminino. Essas mulheres, parlamentares, pastoras, juízas, psicólogas etc., vêm galgando cada vez mais espaço e contribuindo para a implementação e a consolidação de pautas conservadoras. Desta forma, exploramos nesse artigo da ideia de que o processo de erosão das democracias liberais ocorre atrelada a contestação da agenda de igualdade de gênero.

Nossa investigação parte da hipótese de que a politização das mulheres como sujeitos políticos nos anos 1990 e das agendas por elas levantadas, como por exemplo, desigualdades no mundo do trabalho, aborto, diversidade sexual, violência, relações de poder e papéis sociais vigentes, gerou uma reação organizada aos atores políticos coletivos protagonistas destes questionamentos: os feminismos. Portanto, compreendemos que a agenda pautada em valores conservadores se apresenta como parte das reações a transformações profundas nos papéis sociais, na conjugalidade, na sexualidade e em todas as desconstruções da ordem patriarcal propostas pelos feminismos.

Além disso, buscamos em nossa análise relacionarmos como esta reação tem se constituído de forma combinada e articulada com o desmonte neoliberal. Desta forma, levantamos ao longo do texto elementos trazidos por essa agenda conservadora e de que forma esta agenda é capaz de mobilizar parcela significativa da população em torno de suas inseguranças, em torno da conformação social vigente. Uma Mobilização, portanto, pautada na ideia de riscos, mas riscos associados a questão moral. Nesse sentido, de moralização dos riscos, de uma agenda moral e conservadora à serviço do desmonte neoliberal e de derrocada de democracias liberais, o papel das antifeministas é estratégico e de suma importância.

Desse modo, investimos nesse artigo em investigar o discurso, a articulação e a atuação das antifeministas no Congresso Nacional. Para tal, realizamos uma pesquisa qualitativa que contou com uma revisão bibliográfica e teórica envolvendo conceitos como: desdemocracia e antifeminismo. A pesquisa também levantou dados e analisou materiais disponíveis em páginas oficiais do Congresso Nacional e das parlamentares analisadas em nosso estudo. Nosso intuito é contribuir com investigações acerca da agenda moral e conservadora em curso, seu papel na corrosão das democracias liberais e na retirada de direitos das mulheres e da população LGBTQI.

DEMOCRACIA BRASILEIRA? ANTIFEMINISMO, CONSERVADORISMO E POLÍTICA

O antifeminismo vem crescendo entre mulheres de diferentes perfis sócio-econômico-culturais e de trajetórias de vidas distintas. Há em curso hoje o que acreditamos ser um ativismo feminino neoconservador e para compreendê-lo é preciso analisá-lo a luz da

conjuntura neoliberal experimentada pelos Estados. Com isso, apontamos para a ideia de que após anos de violência acentuada, presença forte de políticas de austeridade e de aprofundamento das desigualdades sociais trazidos com o neoliberalismo, gerou-se insegurança popular e medo. Sentimentos que foram habilidosamente redirecionados para o campo moral, para uma percepção de ameaça a família. Isso quer dizer que a insegurança trazida pela ausência do Estado, pela incerteza de condições objetivas e materiais da vida das pessoas, que o medo da violência, da morte, fome, do desemprego, foram substituídos pela ideia de que tudo isso estaria vinculado a uma ameaça maior – o fim da família. A construção do pânico moral em torno desta ideia foi extremamente bem sucedida em grande parte do mundo e no Brasil de forma ainda mais expressiva, atraindo, inclusive, diversas mulheres. Desta forma, defendemos a hipótese de que esse cenário vem sendo marcado por um movimento de retroalimentação, onde o pânico moral envolvendo gênero proporciona o crescimento do antifeminismo, assim como este é determinante para garantir a agenda antigênero em curso.

Assistimos inúmeros episódios recentes orquestrados tanto de construção em torno do pânico moral acionado pela dita “ideologia de gênero”, quanto de ataques, vetos e interdições a qualquer projeto, programa ou política pública pró igualdade de gênero. Interessa-nos, particularmente, nesse artigo nos debruçarmos sobre agentes que passaram a ser fundamentais nessa cruzada antigênero no país, as antifeministas. Nesse sentido, entendemos ser interessante, em um primeiro momento, identificarmos a heterogeneidade destas mulheres que se reivindicam antifeministas. Há uma parte significativa destas mulheres que são oriundas do campo religioso, especialmente católicas e evangélicas. Dentre essas, prevalece o perfil de mulheres jovens, com instrução superior, que atuam em Organizações Não Governamentais ligadas as suas igrejas ou integram movimentos como Pró-vida e Pró-família.

Cabe destacar também o crescimento considerável das denominações neopentecostais em todo o mundo. No Brasil, esse crescimento incluiu em grande medida a participação feminina, tendo a busca por novas formas religiosas de expressão ocorrido predominante entre as mulheres. Isso porque, de acordo com Souza (2012) o neopentecostalismo serve aos interesses práticos das mulheres. Ele promete a resolução de problemas familiares, econômicos ou afetivos. Ainda segundo o autor, a religião pentecostal não se ocupa somente de indivíduos, mas deles enquanto membros de famílias, ela tematiza o “mundo da vida” de uma determinada classe de pessoas, ela articula a posição específica no espaço social. Nesse quadro de ativismo das mulheres cristãs antifeministas¹ é fundamental ressaltarmos a atuação das evangélicas no campo político. Além de uma atuação enquanto parlamentares, essas cristãs antifeministas galgaram outros espaços de liderança institucional e política no país. Foi o caso de Sara Winter, ex-integrante do grupo feminista Femen, mas que após inúmeras polêmicas e denúncias, passou a participar em 2015 do "grupo Pró-Mulher" e começou a defender bandeiras conservadoras. Ela foi candidata a deputada federal pelo Democratas do Rio de Janeiro nas eleições de 2018, mas não foi eleita. Foi convidada a compor o recém criado Ministério da Mulher, da Família e dos DH, como

1 Importante registrar há enorme diversidade ideológica e política dentre estas parlamentares, o que implica em posições absolutamente distintas em relação as temáticas de gênero. Isso significa que nem todas as parlamentares com filiação evangélica integram a coalização conservadora.

Coordenadora Geral de Atenção Integral à Gestante e à Maternidade do Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher. Sua passagem pelo Ministério foi rápida e seu destaque se deu a posteriori, quando liderando o grupo de 300 do Brasil, postou fotos com armas nas redes sociais, realizou manifestações com elementos simbólicos de movimentos da extrema direita estadunidenses e ucranianos, ameaçou ministros do Supremo e acabou detida pela Polícia Federal.

O ministério mencionado, que adota a família como dimensão central das políticas a serem desenvolvidas, passou a contar com a advogada católica Ângela Vidal Gandra da Silva Martins, filha de Ives Gandra², na função de secretária nacional da família e com Damares Alves como ministra. Advogada e pastora, inicialmente da Igreja Quadrangular e depois da Igreja Batista da Lagoinha, Damares atuou na assessoria jurídica de vários políticos no Congresso Nacional, bem como na Frente Parlamentar Evangélica. Também foi secretária-geral do Movimento Nacional Brasil sem Aborto. Uma trajetória que a constitui como uma das principais articuladoras da agenda antifeminista no país. Sua atuação no Ministério vem repercutindo em todos os movimentos conservadores da América Latina. Ao mesmo tempo em que é tratada como chacota por diversos setores no Brasil, ela se torna uma referência no continente da luta antifeminista. Damares foi escolhida, por exemplo, para falar na abertura do Congresso Iberoamericano por la Vida y la Familia, em 2020, no Peru. O espaço dado pelo atual governo ao Ministério de Damares e sua repercussão internacional nos ajudam a identificarmos o papel desta agenda antigênero no cenário político atual brasileiro. Isso implica em removermos a ideia de gênero e/ou das propostas e programas do governo nesta área como sendo “cortina de fumaça”. Compreendemos que esta agenda como espinha dorsal do processo de desdemocratização em curso, onde lideranças femininas são estratégicas na efetivação da agenda conservadora. A participação destas mulheres é fundamental seja assumindo publicamente o discurso antigênero, seja no trabalho de base das igrejas e mais recentemente através de uma atuação mais orquestrada no parlamento brasileiro.

“BANCADA ANTIFEMINISTA”

Obviamente, não pretendemos no limitado espaço deste artigo apresentar todas as principais mulheres a capitanearem a difusão do discurso antifeminista no Brasil atual. Desta forma, adotamos como recorte para nossa análise os considerados quadros antifeministas da base do bolsonarismo³. Isso significa que identificamos o bolsonarismo como a principal frente hoje de formulação e de representação política do processo de desdemocracia, no qual o conservadorismo e o combate ao gênero são peças-chave.

Desta forma, nosso recorte nos direciona para as parlamentares federais eleitas pelo Partido Social Liberal – PSL, a saber: Alê Silva, Aline Sleutjes, Bia Kicis, Carla Zambelli, Caroline de Toni, Chris Tonietto, Dra. Soraya Manato, Joice Hasselmann, Major Fabiana e

² Jurista, advogado e professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie. Foi um dos primeiros brasileiros a terem ingressado no Opus Dei, do qual é membro supernumerário. Autor da obra coletiva intitulada “Ideologia de Gênero”.

³ Conjunto de princípios e práticas políticas associadas ao presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018.

Professora Dayane Pimentel⁴. Fundamental dizermos que o atual presidente Jair Bolsonaro foi eleito pelo PSL, tendo rompido com o partido em 2019. Contudo, a despeito de inúmeras crises e disputas, o partido continua sendo base do atual governo, assim como tem entre suas lideranças um dos filhos de Bolsonaro. Além disso, diversos quadros do bolsonarismo permanecem vinculados ao PSL, como é o caso destas 10 deputadas antifeminista. Elas correspondem a 5,3 % da bancada do partido, que conta com outros 43 deputados. Mesmo com essa baixa representação numérica, estas mulheres vem cumprindo um papel estratégico e fundamental para a sustentação do que se convencionou chamar de agenda ou pauta ideológica do governo, além de algumas destas possuírem enorme capacidade de mobilização popular através de suas redes. Assim, consideramos relevante traçarmos um breve perfil destas parlamentares, para assim compreendermos melhor a relação destas com o antifeminismo e como elas se tornaram peças importantes para a engrenagem do bolsonarismo.

A primeira deputada de quem iremos vamos falar é Alê Silva, de acordo com seu nome na urna. Advogada de 46 anos, casada, oriunda de Petrópolis-RJ, ela foi eleita pelo estado de Minas Gerais com 48.043 votos, sendo a 51ª em quantidade de votos e a quinta mais votada em seu estado. Em suas redes sociais, ela sempre se apresenta como Bolsonarista e como: “Uma Mulher Guerreira, Vencedora, Patriota, Conservadora, que não tem medo de desafios e busca o melhor para o Brasil! O encontro da ordem com o progresso para Minas Gerais!”. Uma das lideranças do movimento Nas Ruas, que organizou manifestações pelo impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT), sua atuação sempre teve como foco a pauta anticorrupção, a questão da segurança pública e a defesa da família. Notamos em suas redes sociais e canais oficiais uma presença massiva de postagens sobre combate à corrupção, além de um fortíssimo apoio ao presidente Bolsonaro. Sua atuação nas redes é um elemento forte na justificativa para a deputada integrar a lista de investigados por patrocinarem atos antidemocráticos de 2020.

A segunda deputada da “bancada antifeminista” que analisamos é Aline Sleutjes. Nascida em Castro-PR no ano de 1979, ao se candidatar declarou-se branca, solteira e que exercia a ocupação de Agente administrativo. Foi eleita deputada federal pelo PSL-PR com 33.628. Com esta votação, foi a 30ª deputada em número de votos no estado, ou seja, a última com votos suficientes para se eleger. Tendo cursado educação física, sua vida profissional antes de assumir a cadeira de deputada, flutuou entre a atuação como coordenadora e diretora de escolas particulares da cidade de Castro no interior do Paraná, dois mandatos como vereadora na cidade de Castro e cargos comissionados, tanto na prefeitura de sua cidade como na assembleia legislativa do Paraná. Além disso, já foi chefe de gabinete do deputado estadual Missionário Ricardo Arruda, ligado à Igreja Mundial do Poder de Deus do Apóstolo Valdomiro Santiago. Vale a pena mencionarmos suas passagens anteriores por diversos partidos. Ela esteve no PSDB por dez anos (1998-2008) e em seguida no DEM (2008-2012). No PSDC permaneceu por quatro anos (2012-2016), quando trocou pelo PR (2016-2018). Finalmente em 2018 passou a integrar o PSL, onde permanece até hoje.

⁴ Para a escrita deste artigo elaboramos uma tabela comparativa com dados que julgamos relevantes sobre as deputadas pesquisadas. Devido ao limite de tamanho do artigo não foi possível incluí-la no corpo do texto mas ela encontra-se disponível para acesso em: <<https://drive.google.com/file/d/1Kp2mtPwq06bBQUPjXhymietXuHQJ9NUR/view?usp=sharing>>.

Aline está entre os dez deputados e deputadas federais e um senador que tiveram quebra do sigilo bancário e fiscal no inquérito que tenta descobrir os financiadores de manifestações antidemocráticas que pediam o fechamento do Congresso, do STF e a reedição do AI-5 em 19 de abril de 2020. Ações e protestos que contaram à época com apoio do presidente Bolsonaro e de alguns nomes do PSL. Sobre a relação com o presidente, é fundamental dizermos que a deputada já foi punida pelo partido por ter apoiado Bolsonaro na disputa deste com Luciano Bivar, líder do PSL, e é responsável, junto com Felipe Barros, por articular no Paraná o novo partido Aliança pelo Brasil. Segundo as informações disponíveis na internet, não ter nenhuma familiaridade com a educação pública porém é coautora do PL 5.594/20205, que torna a educação atividade essencial em todo o território nacional e obriga assim as escolas públicas de todo país, com todas as suas desigualdades e precariedades, a manterem suas atividades durante a pandemia.

Beatriz Kicis Torrents De Sordi, mais conhecida como Bia Kicis, é a próxima integrante da lista de deputadas antifeministas analisadas neste artigo. Nascida em 1961 em Resende-RJ, Kicis é formada em Direito e foi procuradora federal por 24 anos, estando hoje aposentada do cargo. Foi eleita deputada federal com 86.415, tendo sido a terceira deputada federal mais votada no Distrito Federal. Interessante ressaltarmos que o PSL não elegeu nenhum deputado no DF e que a própria Bia Kicis não se candidatou pelo PSL e sim pelo PRP. Entretanto, desde a posse foi apontada como um dos principais nomes do governo na Câmara, tendo se filiado ao PSL em 2019, chegou a ser a vice-líder do governo na câmara. Kicis deixou a vice-liderança após votar contra a constitucionalização do Fundeb em agosto⁶, mas de forma alguma isso representou um rompimento com o Bolsonarismo. O que tanto ela quanto o presidente fizeram questão de explicitar.

Kicis se declara em suas redes como defensora da família tradicional e dos valores conservadores. O uso das redes sociais e da internet marcam a atuação e a trajetória de Bia Kicis. Nesse sentido, consideramos relevante mencionar que a mesma liderava o movimento Revoltados online ao lado de Alexandre Frota (PSDB/SP, ex-PSL) e Marcelo Reis e que teve papel de destaque nos movimentos pelo golpe de 2016. Em uma de suas redes⁷ - algumas das quais com mais de um milhão e meio de seguidores - nos chamou particular atenção uma foto de Bia abraçada com o colega de partido, deputado Hélio Lopes, enquanto aponta para a camisa que o mesmo está usando. Na camisa lê-se: TODAS AS VIDAS IMPORTAM. Esse é um dos exemplos de um dos principais pontos abordados pela deputada, a essencialização das identidades como forma de esvaziar as lutas contra opressões específicas, que são chamadas de mimimi pelo segmento antifeminista.

⁵Projeto de Lei que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, para considerar as atividades educacionais como essenciais. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2267727>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

⁶ O que une bolsonaristas que rejeitaram o Fundeb é o Escola sem Partido - Entendendo Bolsonaro – UOL. Disponível em: <<https://entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com.br/2020/08/13/o-que-une-bolsonaristas-que-rejeitaram-o-fundeb-e-o-escola-sem-partido/?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

⁷ Instagram da deputada Bia Kicis. Disponível em: <https://www.instagram.com/biakicis/?hl=pt-br>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

Figura 1: Deputada Bia Kicis e Deputado Hélio Lopes são contrários à política de cotas raciais



Imagem disponível na rede social Instagram da deputada Bia Kicis

Outra importante frente de atuação da deputada tem sido a defesa do Movimento Escola Sem Partido e o combate à chamada Ideologia de Gênero. Vale lembrar que Kicis é cunhada de Miguel Nagib, criador e até bem pouco tempo também coordenador oficial do movimento Escola Sem Partido. Assim, em seu primeiro dia de mandato protocolou com seus colegas de bancada o já referido PL 246/2019), batizado de Escola Sem Partido 2.0. Assim como as suas colegas Bia Kicis também dedica suas postagens a defesa do presidente, ataques aos seus opositores, ao feminismo e à parlamentares feministas. Além disso, a difusão de fake News, como por exemplo sobre os incontáveis benefícios da Cloroquina, se destacam quando falamos da biografia da deputada. Além do inquérito sobre o financiamento de atos antidemocráticos, Kicis ainda está arrolada em outro inquérito aberto no STF, neste caso sobre fake News.

A nossa quarta deputada é Carla Zambelli. Nascida em Ribeirão Preto – SP, com 46 anos, ela foi eleita no último pleito para o cargo de deputada federal pelo PSL-SP com 76.306. Em 2011 ela iniciou suas atividades de militância política e fundou o Movimento NasRuas e o Varre Brasil, que estiverem presentes na organização de uma série de protestos pelo país. A deputada, que é autora do livro “Não Foi Golpe”, ganhou notoriedade com o ativismo pelo impeachment de Dilma Rousseff. Na apresentação de Zambelli na página da editora, encontramos informações sobre sua biografia que são interessantes para o perfil que estamos tentando traçar das antifeministas. Nele, a deputada é apresentada como graduada em Planejamento Estratégico Empresarial e pós-graduada em Gestão Empresarial e Marketing pela FGV, tendo atuado profissionalmente por mais de 15 anos no Brasil e no exterior com o desenvolvimento de modelos organizacionais, estratégia empresarial e gestão administrativa.

Em fevereiro de 2020 Zambelli se casou em um templo maçônico com o coronel Aginaldo de Oliveira, diretor da Força Nacional de Segurança, tendo como padrinhos de casamento o então ministro da educação, Abraham Weintraub, e o então ministro da justiça, Sérgio Moro, e suas esposas. O casamento ganhou destaque nas redes por seu ar de comício político, pois houve discursos sobre as qualidades de líder política de Zambelli, entrada da Bandeira ao som do Hino Nacional e até a noiva e o noivo fazendo flexões de braço (uma referência ao Bolsonaroismo). Sobre suas pautas prioritárias sublinhamos o antifeminismo através, por exemplo, da defesa contrária as cotas. Em entrevista para o site da câmara dos

deputados⁸ ela se declara contra cotas para mulheres, negros e “homossexuais” concordando apenas com cotas para “pessoas com deficiência ou pessoas especiais”. Na mesma entrevista a deputada teceu críticas à bancada feminina

“Minha avaliação da bancada atual, formada normalmente pela esquerda, é que elas pegaram o termo feminista, que era para ser algo bom, e transformaram em algo negativo e ruim para a mulher. Eu, por exemplo, não me identifico nem um pouco com pontos que elas dizem que defendem: aborto e uma série de dispositivos que colocam a mulher em uma situação em que ela parece uma pessoa com menos habilidade e menos recursos, menos possibilidade do que o homem. A gente tem de tratar as mulheres como tratamos os homens e não nos diferenciar”.

Segundo ela, isso seria “a igualdade de verdade, o antigo feminismo”, em que “a mulher é igual o homem, e ela que decide onde quer ficar, seja na Câmara municipal, seja em casa como dona de casa, com os filhos”. Suas redes sociais, assim como de suas colegas de bancada, servem de apoio à Bolsonaro e ataques à esquerda em geral.

Caroline Rodrigues de Toni, Caroline de Toni, é 5ª deputada analisada neste texto. Chapecoense, nascida em 1986, foi eleita para o cargo de deputada federal pelo PSL-SC com 109.363. Com esta votação foi a mulher mais votada, sendo a 4ª mais bem votada entre todos os eleitos do estado. Dois anos antes de se eleger deputada federal, Toni já havia tentado se eleger vereadora de Chapecó (SC), pelo PP, sem ter obtido sucesso. Ela já foi presidente do Movimento Brasil Livre (MBL) em Chapecó. Em seu perfil na internet a parlamentar se define como uma “Defensora das liberdades individuais, do conservadorismo e do liberalismo econômico”. Em uma de suas redes há a referência: “Deus, Pátria, Família e liberdade”. Também achamos relevante destacar que em sua página oficial na web há um banner com um rapaz enrolado em uma bandeira e ao seu lado é feita uma citação de uma fala da deputada “Vamos defender o Brasil das ingerências da ONU, da influência nefasta do Foro de São Paulo e da intrusão do Estado na Economia”. Ela é autora do PL 4213/20, que pretende pôr fim a cota de 30% de mulheres de mulheres candidatas que os partidos precisam cumprir. Sua justificativa para o projeto é de que a legislação não pode discriminar de acordo com gênero. Segundo ela “se a maioria das mulheres não se interessa pela política, obrigá-las a concorrer não vai mudar essa realidade”.⁹ Além de ir de encontro a uma demanda histórica das feministas, seu projeto e a justificava revelam também uma tentativa de justificar a utilização de candidatas laranjas¹⁰ por seu partido, que já foi denunciado por esse tipo de fraude em dois Estados. Assim como suas colegas citadas acima, de Toni faz a defesa do presidente, ataques à esquerda e posta constantemente fotos atirando e segurando armas. A deputada também é uma das investigadas por financiamento dos atos antidemocráticos.

⁸Carla Zambelli defende combate à corrupção e critica atuação da bancada feminina - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/546213-carla-zambelli-defende-combate-a-corrupcao-e-critica-atuacao-da-bancada-feminina/>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

⁹ Saiba quem é a deputada que quer acabar com a cota feminina nas eleições - Política – Estadão. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,saiba-quem-e-a-deputada-que-quer-acabar-com-a-cota-feminina-nas-eleicoes,70003405821>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

¹⁰ Para cumprir regra de 30% de candidaturas femininas, partidos registram mulheres que não recebem votos.

Chris Tonietto é a nossa 6ª deputada. Nascida em 1991 no Rio de Janeiro e formada em Direito pela Universidade Federal Fluminense, defendeu seu TCC sobre a redução da maioria penal. Foi eleita com 38.525. Foi 37ª dentre os candidatos que conseguiram votos para se eleger no último pleito. Em suas páginas na internet ela se define como católica, advogada, pró-vida e pró-família e dos valores fundantes da sociedade brasileira. Ligada ao Centro Dom Bosco11, uma ala da Igreja Católica que trabalha com a formação de líderes e intelectuais para lutar por causas como a proteção da vida, ela já atuou em Marchas pela Vida e contra o aborto. Em sua militância contra a legalização do aborto ela já patrocinou uma ação judicial contra um grupo de católicos progressistas que apoia a legalização do aborto e propôs um projeto de lei que pretendia terminar com a possibilidade de aborto inclusive em caso de estupro já que o abortamento não "desestupraria" a mulher, também segundo a deputada não seria justo matar o feto já que a vida da vítima teria sido poupada pelo estupro. Em novembro de 2020, ela articulou através da frente parlamentar da juventude da qual era coordenadora, juntamente com as frentes Católica e Evangélica, a retirada de pauta no STF da ADI 5.66812, ajuizada pelo PSOL contra a retirada do termo gênero do plano nacional de educação. Tonietto já afirmou em discurso oficial que as feministas são as verdadeiras traidoras dos interesses da mulher, por defenderem propostas que iriam contra a própria natureza feminina. Seus argumentos têm origem religiosa, como o de que Deus fez diferentes homens e mulheres, e que apenas os valores tradicionais cristãos podem resgatar esse equilíbrio que foi perdido na sociedade. Interessante ressaltarmos que ela se destaca na "bancada antifeminista" pela sua militância religiosa, o que não é tão presente em suas colegas de bancada. Além disso, ela evoca a ideia de que para lutar pelos direitos da mulher não é preciso ser feminista. A deputada associa o feminismo a uma pseudolibertação da mulher, exaltando em seus discursos que se reivindica feminina e jamais feminista.

A sétima deputada é Soraya de Souza Mannato, ou Drª Soraya Manato como consta nas urnas. Nascida em 1961 em Linhares – ES, se elegeu deputada federal pelo PSL-ES com 57.741, tendo sido a 6ª deputada mais votada no estado. Foi a única eleita pelo PSL para a Câmara Federal no Espírito Santo. Não há muitas informações sobre a deputada disponíveis na internet e nem registros sobre militância política anterior à sua candidatura. Porém, é importante identificarmos que ela é esposa de Carlos Manato, que exerceu o cargo de deputado federal por quatro mandatos seguidos, e que apesar de não ter estado, até onde sabemos, diretamente envolvida no impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, seu marido, enquanto deputado, votou a favor dele. Desta forma, nos parece que o mandato da Drª Soraya compõe o rol daqueles que tem sua origem na tentativa de manutenção de capital político familiar. Importante dizermos que, conforme o perfil que estamos analisando das demais deputadas da "bancada antifeminista", esse não é retrato mais comum na geração de mulheres que se identifica com o Bolsonarismo. A parlamentar não é muito ativa nas redes sociais, mas em sua apresentação consta é uma deputada "Pela vida, pela família". Muitas de suas postagens são divulgações de suas emendas parlamentares destinadas ao Espírito Santo. Entretanto, em agosto de 2020 as redes da deputada estiveram bastante movimentadas. A

¹¹ Grupo ultraconservador formado por católicos para a defesa de pautas como a "re Cristianização do Brasil" e o fim do estado laico.

¹²Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=338927&ori=1>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

deputada alegou que por ser médica especialista em ginecologia e obstetrícia teria recebido os laudos médicos¹³ da menina de 10 anos grávida após sucessivos estupros perpetrados pelo próprio tio. A deputada, apesar de seu juramento profissional, achou por bem divulgar os supostos dados do laudo médico da menina, menor de idade, e postou em suas redes:

Definição de aborto em caso de estupro não se enquadrava no caso da menina de São Mateus, pois o feto já tinha mais de 500g, na verdade foi um parto prematuro. Outra coisa, a menina de 10 anos não tinha nenhuma complicação como foi divulgado. Cometeram INFANTICÍDIO!!!!¹⁴

A oitava deputada é Joice Cristina Hasselmann, ou apenas Joice Hasselmann, é nascida em 1978 em Ponta Grossa – PR e tem curso superior. Declarou que era branca, casada e que exercia a ocupação de Jornalista e Redator. Foi eleita para o cargo de deputada federal pelo PSL-SP com 1.078.666 (5,11% dos válidos) sendo a segunda deputada federal mais votada do Estado, ficando atrás apenas de Eduardo Bolsonaro, que se elegeu com 765.069 votos a mais que a colega. A quantidade de votos de Joyce provavelmente vem do fato desta ser, assim como Zambelli, uma das grandes estrelas da direita do país mobilizando uma quantidade enorme de seguidores em suas redes e ter ganho enorme notoriedade durante as mobilizações pelo impeachment da então presidenta Dilma Rousseff e se tornou biógrafa de Sergio Moro. Apesar de sua votação extraordinária para o congresso em 2018, em 2020, teve uma candidatura fracassada à prefeitura de São Paulo.

Joyce, que começou a carreira de jornalista no Paraná, já trabalhou na para diversos veículos da grande mídia. Entretanto a deputada já foi acusada de plágio pelo conselho de ética do sindicato dos jornalistas do Paraná por ter, segundo este, plagiado dezenas de reportagens de colegas. Em dezembro de 2018, logo após sua eleição recorde, que a transformou na mulher mais votada da história para a Câmara dos Deputados Joyce ganhou uma matéria na revista Marie Claire. Na matéria¹⁵ Joyce afirma não ter nada em comum com as parlamentares eleitas de esquerda para além do fato de serem mulheres, diz ser comparada a Margareth Thatcher e ter orgulho disso, diz ser uma civil com alma de militar e que por isso se dá muito bem com os generais se compara ao presidente dizendo “sou o Bolsonaro de saias. A gente tem uma cabeça muito parecida. Na questão de força, de enfrentar a corrupção e mudar o Brasil. A maior qualidade do Bolsonaro é ser um ícone. Hoje ele é alguém que representa a chave da mudança. Também sou isso.” e critica o feminismo por que segundo ela

O feminismo tem uma pauta reducionista que alcança um tantinho de mulher. Critico a vitimização do feminismo, critico isso de mulher contra homem, homem contra mulher. É um saco. Compartimentar é um saco. Mulher não tem que ser maior do que homem. Ela tem que ser o que é.

¹³ Deputada do PSL diz que recebeu laudos médicos de menina de 10 anos grávida. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/21/deputada-do-psl-diz-que-recebeu-laudos-medicos-de-menina-de-10-anos-gravida.htm>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

¹⁴ Tweet da deputada Soraya Manato. Disponível em: <<https://twitter.com/dramanato/status/1295359496353648646>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

¹⁵ Joice Hasselmann: a deputada de extrema direita que se compara a Bolsonaro e despreza o feminismo - Revista Marie Claire. Mulheres do Mundo. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/12/joyce-hasselmann-deputada-de-extrema-direita-que-se-compara-bolsonaro-e-despreza-o-feminismo.html>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

Se ela quer ser dona de casa, qual é o problema? E acho caricato isso de vai pra rua e mostra os peitos. Não representa o que a mulher quer. Se representasse você teria uma feminista eleita com a maior votação da história e não uma mulher de direita que respeita os espaços do homem e da mulher. Quero encabeçar o movimento feminino no Brasil. E já estou fazendo isso. Inclusive levantando uma legião de mulheres que sairão candidatas nas próximas eleições. Mas porque elas querem, não porque o marido ou o pai mandou. Filha de deputado não.

Em uma entrevista concedida ao portal UOL sobre o tema da legalização do aborto, a parlamentar afirmou contra a legalização do aborto, mas que o assunto deveria ser mais discutido por mulheres do que por homens na Câmara dos Deputados. Na mesma entrevista ela disse

"Sou conservadora nos costumes, sou evangélica, pouca coisa que gente sabe porque nunca usei na minha campanha. Sou uma evangélica judia. Dou muito valor à vida, até porque fui criada no interior, valores familiares".¹⁶

A deputada Major Fabiana, de 40 anos, também compõe esse rol de parlamentares antifeministas. Eleita pelo PSL-RJ com 57.611 votos para o cargo de deputada federal, ela se apresenta como mãe de três filhos, moradora do subúrbio do Rio. A Major ganhou fama em 2014, quando ao assistir jovens ameaçando atear fogo à um ônibus na Avenida Leopoldo Bulhões, na altura da Favela do Jacarezinho, saiu do carro de arma em punho e dispersou os jovens estando à paisana e sobre saltos altos vermelhos. As imagens foram registradas por pessoas que passavam pelo local, ganhou as redes sociais e Major Fabiana acabou sendo chamada para participar de alguns programas de televisão. Diferentemente de suas colegas de bancada, a Major não teve o mesmo envolvimento no processo do Impeachment de 2016 e até agora em suas redes seu principal foco em sido a questão da segurança pública, com uma perspectiva militarizada. A deputada se licenciou do seu mandato em agosto de 2019 para assumir a secretaria de Vitimização do estado do Rio de Janeiro a convite do então governador Wilson Witzel. Contudo, deixou a secretaria apenas dois meses depois, devido ao rompimento de Bolsonaro e Witzel.

A última deputada de nossa lista é a Prof. Dayane Pimentel, como se apresenta nas urnas. Nascida em Feira de Santana – BA, em 1986, foi eleita pelo PSL-BA com 136.742 votos, e garantiu a 4ª colocação geral, tendo sido a mulher mais votada e a única candidata do PSL eleita no estado. A parlamentar também preside o PSL na Bahia e é presidente nacional do PSL Mulher. Dayane também se destacou no processo de mobilização pró Impeachment de Dilma Rousseff, mas ganhou maior notoriedade com um vídeo em que usa seu filho de um mês para elogiar Bolsonaro. Ocorreram boatos de que a deputada teria sido, inclusive, cogitada para ser vice de Bolsonaro em 2018. A dobradinha supostamente só não teria ocorrido por ela não ter, até então, a idade mínima para ser candidata a vice-presidente. A deputada se apresenta como professora de Ensino superior, mas, no entanto, ela tem apenas uma especialização em Educação de nível superior, sem nunca ter lecionado em

¹⁶ Joice Hasselmann: Sou contra legalizar aborto, mas tema deve ser debatido por mulheres. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/09/03/joice-sou-contras-legalizar-aborto-mas-tema-deve-ser-debatido-por-mulheres.htm>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

nenhum curso superior. Além disso, ela se reivindica uma “ex-esquerdista” e atribui sua atuação política passada ao fato de supostamente ter havido doutrinação política e ideológica nas escolas. Essa seria, inclusive, a razão para ela ser uma ferrenha militante pelo Escola Sem Partido. Em suas redes, ela se apresenta como evangélica das igrejas assembleia e batista e destaca as frases: “Agindo cristo, quem impedira”, “Deus é fiel” e “Mãe, Esposa, Professora e Deputada Federal mais votada da Bahia”. Apesar de ter se eleito na onda Bolsonarista, Prof. Dayane Pimentel, assim como Joice Hasselmann, também rompeu com Bolsonaro, se manteve fiel ao PSL, onde conquistou uma posição de liderança. Nas eleições de 2020, a deputada tentou se eleger prefeita de feira de Santana com o slogan #EndireitaFeira, mas não obteve sucesso.

Ao traçarmos esse breve panorama sobre as mulheres que atuam hoje na Câmara federal na defesa de uma agenda antifeminista, buscamos evidenciar a relação destas como o chamado bolsonarismo. Assim, a despeito de perfis diversos, origens e trajetórias políticas múltiplas, essas mulheres se encontram no apoio a figura de Jair Bolsonaro. Além disso, a atuação delas na construção dessa agenda compõe espinha dorsal do projeto político de desdemocracia, na mesma medida em que fortalecem a veiculação de uma imagem favorável ao presidente. Ou seja, Bolsonaro é apresentado como um defensor da família que sofre ataques das feministas. Portanto, o apoio das mulheres do PSL à Bolsonaro seria uma prova de que o presidente não é misógino, assim como o apoio de Hélio “negão”¹⁷ e Sérgio Camargo seriam a prova de que o presidente não é racista.

Um episódio que exemplifica bem o que estamos trazendo ocorreu em fevereiro de 2020, quando Jair Bolsonaro ofendeu a Jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha de São Paulo, insinuando que esta teria oferecido favores sexuais em troca de informações para sua reportagem. A declaração teve enorme repercussão nos veículos de imprensa, nas redes sociais e na Câmara dos deputados, com pronunciamento da deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS). Como resposta, Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, subiu à tribuna acompanhado das deputadas Bia Kicis, Caroline de Toni, Chris Tonietto, Dra Soraya Manato e Major Fabiana e fez o sinal de uma banana para as deputadas enquanto dizia:

Esse tipo de discurso também revolta. A deputada diz que fala em nome das mulheres. Calma aí. Será que não tem mulher aqui comigo não? Uma banana, em nome das mulheres. Uma banana! Quero saber onde elas estavam quando o Lula falou em mulheres de grelo duro. Onde vocês estavam? Estavam perdendo dinheiro enquanto isso. Estavam roubando dinheiro.¹⁸

Figura 2: Deputado Eduardo Bolsonaro manda uma banana para deputadas que defenderam jornalista acompanhado de deputadas do PSL.

¹⁷ Hélio Negão, o fiel escudeiro de Jair Bolsonaro - YouTube da Vejapontocom. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xorCHmbx-NE>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

¹⁸ Eduardo Bolsonaro manda 'banana' às deputadas que repudiaram insulto de Bolsonaro à jornalista - YouTube do poder 360. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=tAyT1xYGGAI>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021



Imagem capturada do vídeo disponível no canal Poder360

O apoio desta bancada antifeminista, como no episódio citado, também contribuiu para a consolidação da imagem do feminismo como inimigo e para a ideia de que os direitos das mulheres e de pessoas LGBTQI são providos por uma minoria que estaria distanciada das tradições nacionais e dos interesses da maioria. O que também nos revela o uso da percepção de supostas maiorias morais, que colocam em xeque o sentido de democracia. Assim, compreendemos estas disputas como parte do processo de desdemocratização, onde a cruzada contra o gênero é aliada e um prelúdio de autoritarismo. Ou seja, compartilhamos o diagnóstico de que as reações contra o gênero são uma característica comum dos processos de erosão das democracias. No Brasil, entendemos que este fenômeno se constituiu em uma aliança entre neoliberais e conservadores. Estes últimos incluindo setores cristãos e da extrema direita partidária, que convergem em uma narrativa de crise da sociedade, que tem como lócus a família. Na relação entre neoconservadorismo e neoliberalismo que apontamos destaca-se uma política acelerada de retirada de direitos e da aposta no moralismo compensatório como forma de canalizar politicamente frustrações e de desviar a atenção do desmonte em curso. Ou seja, há uma convergência entre as ações neoliberais pela desregulação dos direitos sociais e trabalhistas e as ações dos reacionários “morais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que existem muitas diferenças entre as deputadas que identificamos como integrantes da bancada antifeminista no Congresso. Suas histórias de vida são inegavelmente muito diferentes e, mesmo hoje, a capacidade de mobilização, arregimentação e de ditar os rumos da política diferem muito de uma para outra. Contudo, encontramos elementos em comum entre elas. Dentre eles, o fato de que todas se colocaram favoráveis ao Impeachment da então presidenta Dilma Rousseff e, de maneira geral, tiveram algum grau de envolvimento no processo, sendo algumas delas grandes lideranças tanto nas redes, quanto nas ruas. Além disso, a pauta do combate à corrupção se apresenta como central para todas e para algumas, ela se alinha ao fim do financiamento público de campanha. A corrupção, de maneira geral, é ligada em seus discursos ao Partido dos Trabalhadores, mas também pode rapidamente se voltar contra algum ex-aliado e até mesmo um colega de partido. A pauta da segurança pública e do militarismo também se faz muito presente dentre elas, evidentemente, encontrando mais adesão entre uma ou outra. A pauta militarista, por exemplo, fica mais evidente nas postagens da Major Fabiana, que vai fardada para o congresso. O militarismo exaltado por elas é associado a patriotismo e os dois são, frequentemente, apresentados como sinônimos. É muito comum a utilização do verde e amarelo na identidade visual das redes e materiais das deputadas. Em geral, as parlamentares

se identificam como liberais na economia e conservadoras nos costumes e assim se colocam contra os direitos sociais.

Todas se colocam a favor do Projeto Escola sem Partido, utilizando como principal justificativa para isso o direito dos pais à que seus filhos recebam a educação que esteja de acordo com suas próprias convicções (conservadoras) e negando aos estudantes o direito à história, à memória, à identidade, à ciência e, em último caso, à vida. Contra à chamada “ideologia de gênero”, o feminismo e o direito ao abortamento. Apesar disso, o grau de instrumentalização do discurso religioso varia muito entre elas. Desde uma parlamentar totalmente alinhada com um dos grupos mais reacionários da Igreja Católica, como Cris Tonietto, até parlamentares que raramente fazem menção ao discurso religioso ou a Deus, mas que adotam a pauta religiosa quando se trata de se opor ao aborto, ao “casamento gay” ou a suposta “ideologia de gênero”. Com exceção de Tonietto, estas parlamentares, de maneira geral, evitam falar sobre a própria filiação religiosa e preferem se identificar apenas como cristãs, de forma a manterem o diálogo aberto com todos os segmentos religiosos e mesmo com a direita não religiosa.

Importante dizermos que as disputas e o racha no PSL, partido que as aglutinava, também levou a tensionamentos entre elas. Ficaram no PSL apenas Joyce Hasselmann, Ale Silva e professora Dayane, que romperam oficialmente com Bolsonaro. Soraya por hora se mantém fiel à Bolsonaro, mas tem evitado se posicionar sobre o tema. Mas, ressaltamos que elas não romperam com o tipo de conduta e retórica identificados com o Bolsonarismo. Estas parlamentares se apresentam como mulheres fortes, corajosas, capazes e lutadoras. Se entendem e referem a si mesmas como empoderadas. Se utilizam do discurso do empoderamento como oposto ao feminismo. Segundo a fala de algumas delas, mesmo o feminismo seria a ideologia que tenta convencer às mulheres de que elas são frágeis e incapazes e que por isso precisariam de políticas públicas específicas. Assim, qualquer denúncia sobre as desigualdades estruturais de gênero da nossa sociedade são naturalizadas, apontadas como “MIMIMI”.

Concluimos chamando a atenção para a importância dessas antifeministas no cenário político atual, para legitimação das pautas neoliberais e neoconservadoras, através de uma atuação pautada em denúncias envolvendo ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência das famílias, cujos valores morais e religiosos seriam inconciliáveis com as normativas sobre direitos humanos, supostamente impostas por governos e organismos internacionais.

REFERÊNCIAS:

BIROLI. F; VAGGIONE. J.M; MACHADO. M.D.C. Gênero, neoconservadorismo e democracia: Disputas e retrocessos na América Latina. Boitempo Editorial; 1ª edição. São Paulo. 2020.

COELHO, F.M.F; SANTO, N.P. A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramitações do plano nacional e educação brasileiro. *Religare*, v.13, n.1, julho de 2016, p.27-48.

Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado - DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Disponível em: <<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), p. 449-502. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

MACHADO. M. D. C. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. *HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS (UFRGS. IMPRESSO)*, v. 47, p. 351-380, 2017.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2014 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em: 29 de jan. de 2021

SOUZA, J. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2 ed. MG, UFMG: 2012.

Submetido em janeiro de 2021

Aprovado em fevereiro 2021

Informações das autoras

Nome da primeira autora: Amanda André de Mendonça

Afiliação institucional: Universidade Federal Fluminense – UFF (pós-doutoranda)

E-mail: amandademendonca@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3324-5672>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7666060740151928>

Nome segunda autora: Fernanda Pereira de Moura

Afiliação institucional: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / PUC-Rio (doutoranda)

E-mail: fernandapmoura@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7194-6870>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6515375673662756>